



1 ATA DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DOS COLEGIADOS CEPRAM,
2 CONERH, CIEA E FÓRUM BAIANO DE COMITÊS DE BACIAS
3 HIDROGRÁFICAS - FFCBH.

4 Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de agosto de 2013, na Fundação Luiz
5 Eduardo Magalhães, no Centro Administrativo da Bahia-CAB, Salvador - Bahia,
6 realizou-se a 2ª Reunião Conjunta dos Colegiados Conselho Estadual do Meio
7 Ambiente – Cepram, Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Conerh, Comissão
8 Interinstitucional de Educação Ambiental - Ciea e Fórum Baiano de Comitês de Bacias
9 Hidrográficas – FFCBH. Estiveram presentes Mariana Stefanelli Mascarenhas –
10 Secretaria Executiva, Agnaldo Bahia Monteiro Neto – AHSEB, Alessandra Terezinha
11 Chaves Cotrim Reis – Aiba, Almacs Luiz Silva – Comitê Bacia Rio Salitre, Ana Paula
12 Leal Meira – Sedur, Aurelino Barros Meira - Comitê de Bacias Hidrográficas Contas,
13 Bernadeth Souza Rocha Simões – Caatinga, Bruno Jardim da Silva – Escola
14 Politécnica da UFBA, Claudio Antonio Carilo de Magalhães – Copiba, Claudio de
15 Carvalho Mascarenhas – Germen, Daniel Melo Barreto – Bioeste, Edelzuita dos Anjos
16 Silva – Seplan, Ercio Araújo – Instituto Viver da Mata, Evilásio da Silva Fraga – Faeb,
17 Fabiana Araujo da Silva – Prisma, Giovanna Carrozzo – Petrobrás, Hélio Gamalho
18 Vasconcellos – Sicm, José Cisino Menezes – Aiba, José Roberto Pedreira Franco
19 Celestino – Sinaenco, Juca Ulhôa Paes da Cunha – Gambá, Leila Márcia Souza
20 Oliveira – Assoc. dos Prod. de Florestas Plantadas da Bahia, Leonardo de Sousa
21 Lopes – Embasa, Luiz Ferraro – Sema, Marcos Galindo Pereira Lopes – Fieb, Maria
22 Amélia de Coni e Moura Matos Lins – Inema, Maria Lúcia Góes Brito - Comitê da
23 Bacia do Leste, Martin Mayr – Ades, Melquiades Spinola de Oliveira – Cepedes
24 Miguel da Costa Accioly – Ufba., Renato Pegas Paes da Cunha – Gambá, Renavan
25 Andrade Sobrinho – Sedur, Ricardo Eugênio Cassamassimo – Sindpacel, Rita Barbara
26 Garcez Lima – Assoc. dos Amigos do Ilhéu Oya Tola, Rosa Lia Gondin de Castro –
27 ICMBIO, Sara Maria Guimarães Reis – Rebal, Wilson Andrade – Abaf, Zanna Maria
28 Rodrigues de Matos – Sema. A reunião teve como pauta a apresentação e debate do
29 Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do Estado da Bahia. A reunião inicialmente
30 foi conduzida pela senhora Mariana Mascarenhas, que justificou a ausência do
31 Secretário do Meio Ambiente e Presidente, o senhor Eugênio Spengler por questões
32 pessoais e da senhora Márcia Teles diretora geral do Inema, que estava com outra
33 agenda. Antes do início da reunião, a senhora Maria Lúcia prestou homenagem à
34 senhora Célia da Paz, que era presidente do Comitê de Bacia do Leste que havia
35 falecido na semana anterior. O senhor Luiz Ferraro, superintendente de Estudos e
36 Pesquisas da Sema, cumprimentou a todos e conduziu a apresentação durante toda a
37 reunião. Iniciou com uma contextualização do momento atual do ZEE, colocando que
38 as etapas seguintes seriam de finalização, avaliação dos produtos e carregamento do
39 websig com os produtos finais. Estimou a conclusão desse processo para os dez dias
40 seguintes e que alguns diálogos setoriais para aprimoramento seriam iniciados via
41 Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - Seagri. Falou que se espera
42 sistematizar até novembro todas as contribuições a ser incorporado, finalizar e
43 estabelecer uma comissão gestora estadual do ZEE até dezembro e em 2014 aplica-lo
44 como instrumento de gestão. Conceituou o ZEE como instrumento de gestão. Colocou
45 que o trabalho do ZEE é basicamente pautado em dados secundários muitas vezes
46 insuficientes e destacou a importância do mapeamento da cobertura vegetal e de
47 outros instrumentos para o aprimoramento desses dados. Discorreu sobre os objetivos
48 gerais do ZEE que seriam zonear o território segundo características similares, indicar
49 prioridades para conservação de biodiversidade, definir critérios orientadores para



50 atividades produtivas e disponibilizar um banco de dados referenciado para gestão
51 territorial podendo ser orientador de investimentos públicos e privados, de áreas mais
52 adequadas para atividades produtivas, e macros locais de mais relevância para
53 proteção, podendo superar gargalos de investimentos. Falou que isso será debatido
54 em secretarias e que o ZEE não substitui e nem compete com os territórios de
55 identidade. Colocou que para além do compromisso político do ordenamento territorial
56 e sociabilidade existe a obrigatoriedade da Lei que em 2002, regulamentou o
57 instrumento e a partir de 2012 o novo código ambiental impôs prazo para todos os
58 Estados terem o ZEE até 2017 e 04 de junho de 2013, o Governador decretou que o
59 ZEE teria 180 dias para ser concluído com audiências públicas. Falou que com os
60 outros já foram iniciados os trabalhos com zoneamento agroclimático, que tem uma
61 agenda com a Diretoria de Águas - Dirag para começar a integrar plano de bacia onde
62 as recomendações e diretrizes que se integram ao ZEE. Dando continuidade à
63 apresentação do produto, falou sobre o conteúdo. O volume um, que apresenta
64 metodologia do ZEE, a caracterização das zonas, as zonas e suas diretrizes, arranjos
65 institucionais para atuação, o volume dois sendo o banco de dados websig, volume
66 três contendo a indicação das unidades de paisagem do ZEE, volume quatro
67 apresentando diagnóstico natural e social, volume cinco com indicação dos padrões
68 de qualidade ambiental, para águas, ar, solo, biodiversidade, e um extrato de áreas
69 relevantes para conservação e sustentável para biodiversidade, volume seis com a
70 caracterização da identidade que seria levado a consultas públicas, volume sete com
71 quadros de avaliações de potencialidades e limitações e o no volume oito uma análise
72 de cenário e tendências, indicações de ações de desenvolvimento e indica quais são
73 as principais ações sustentável a serem empreendidas pelo Estado. O conselheiro
74 Juca Cunha do Gambá representante do Conerh levantou um questionamento sobre
75 os arranjos produtivos e a importância de considerar ocupações como habitações e
76 estradas, por exemplo, como categorias de uso. Luiz Ferraro esclareceu que devido a
77 escala do ZEE ser de 1 (um) para 250.000 (duzentos e cinquenta mil), seria inviável
78 atribuir essas informações e que o instrumento não tem um caráter indicativo e deve
79 ser considerado um documento, um processo, um planejamento orientador na esfera
80 das recomendações, isso seria inviável. Falou sobre os processos burocráticos pelos
81 quais o ZEE deveria ainda passar, e que deverão ser explicitados na agenda. Expôs a
82 posterior criação de uma Comissão Estadual do ZEE de forma democrática, que o
83 ZEE agregará um conjunto informações que servirão de base na elaboração do Plano
84 de Bacias, inclusive barateando este, entre outros custos e que ambos serão
85 complementares. Questionado pela senhora Alessandra Terezinha sobre a base de
86 dados utilizada para a elaboração do produto, Luiz Ferraro esclareceu que foram
87 utilizadas apenas bases de dados oficiais. Sobre os empreendimentos previstos e não
88 indicados na descrição sucinta da zona, colocou que o ZEE não incorporaria
89 tendências, e explicita apenas o que está bem estabelecido, não tendo impedimento
90 que a partir do conjunto de audiências públicas, decidam que as inscrições incorporem
91 essas informações. Deu prosseguimento destacando a importância da participação
92 dos presentes nas audiências públicas para debates, sugestões de aprimoramentos,
93 além da participação de outras secretarias e segmentos não representados ali. Falou
94 sobre as intenções de reunir os grupos de trabalho na Seplan (Secretaria do
95 Planejamento), para começar a detalhar o método, em média 10 grupos de trabalho
96 com a intenção de ter uma participação qualificada, formaria grupo de 30 pessoas,
97 esses grupos subdividir-se-iam por temas, propondo alteração, aprimoramento para
98 incorporar ao ZEE. Falou que os arquivos do ZEE seriam disponibilizados para
99 download, quando concluídos, ou disponibilizado um contato para solicitações.
100 Continuou falando sobre o diálogo e a integração que existe entre os planos, não só o



101 Plano de Bacia, como integração com áreas prioritárias, mas os demais planos de
102 informação de ordenamento, de planejamento que tem finalidades distintas, mas
103 complementares, reduzindo gastos para o Estado. A data limite que o ZEE segue para
104 regulamentação no Estado é dia primeiro de dezembro. O conselheiro Daniel Barreto
105 sugeriu que a legenda da área “sem uso definido” fosse revista e alterada para
106 “múltiplos usos”. A sua colocação foi considerada pertinente. O conselheiro Ercio
107 Araújo levantou a questão de como poderia ser feita a preparação da população para
108 o recebimento dessa informação preliminar e construir base nas audiências públicas,
109 terem informação técnica para que houvesse entendimento para poder esclarecer as
110 demais localidades e que não ficasse apenas no Estado. A questão da participação da
111 sociedade civil e do acesso restrito a informações do processo de construção do ZEE
112 foi levantada por vários membros. Luiz Ferraro respondeu aos questionamentos
113 explanando sobre a qualidade técnica na elaboração dos trabalhos e na perspectiva
114 de aprimoramento a partir de recomendações das diretrizes e que o ZEE não consiste
115 em um produto acabado e imutável. O conselheiro Melquiades Spinola sugere um
116 marco legal para que este instrumento permaneça atuante nas próximas gestões. A
117 senhora Maisa Flores convidou a todos para reunião do Comitê Estadual da Reserva
118 da Caatinga no dia 11 de setembro na Câmara Municipal do Município de Umburanas,
119 tendo como pauta o mosaico Parque Nacional Boqueirão da Onça, com ICMBIO, e a
120 situação dos trabalhadores da agricultura familiar e os impactos de eólica e ambiental
121 na região em que está o Município de Umburanas. O conselheiro Miguel Accioly –
122 UFBA questionou sobre como seria feita a conexão geral entre o ZEE Costeiro e o
123 ZEE geral e falou sobre a importância da interface entre universidade e o Estado sobre
124 os limites de modificações do ZEE apresentado de acordo com novas informações.
125 Luiz Ferraro esclareceu que a interface entre Universidade e Estado é uma das tarefas
126 do governo. Falou que irão produzir um edital, criar linhas, inclusive à luz dessas
127 lacunas que o ZEE aponta o Edital de **3.900.000.000 (?)** pra redes de pesquisas,
128 sobre vários temas, de ecologia da paisagem, biologia, geologia, tecnologias
129 ambientas, para gerar pelo menos doze redes de pesquisa ambiental no Estado.
130 Previu isso para os próximos dois meses. O conselheiro Juca Cunha colocou que o
131 ZEE é o instrumento que deverá ser consultado por todos os colegiados, pra
132 implementação da política pública, ser obrigatoriamente consultado para implantação
133 e que haja compatibilidade de conceitos a fim de reduzir ou diluir conflitos. A Senhora
134 Bernadeth Souza Rocha Simões declarou interesse em participar do Comitê de
135 Gestão. Luiz Ferraro colocou que esse Comitê de Gestão tem que emitir relatórios
136 anuais da implementação do ZEE e o relatório é apresentado ao Ministério do Meio
137 Ambiente, que aprova, reconhece que o ZEE está em implementação ou não, previsto
138 em Lei. Falou sobre o compromisso de na semana seguinte fazer progressivamente o
139 carregamento dos arquivos no *hotsite*. Respondendo a questionamentos a respeito da
140 atuação do Cepam, Luiz Ferraro falou que cabe propor outra forma sistemática de
141 participação, já que não há obrigação legal. Destacou que hoje o Ministério do Meio
142 Ambiente, o Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério vê a experiência da
143 Bahia como a grande experiência que esta ocorrendo no Brasil já que está em fase de
144 conclusão do instrumento. Não havendo mais questionamentos agradeceu o empenho
145 de todos e a colaboração e convidou a permanecerem nesse espírito de construção do
146 ZEE. Mariana Mascarenhas fala da agenda preliminar das audiências. Constatou a
147 agenda: dia 20 de setembro no município de Seabra unindo os territórios de Irecê,
148 Piemonte da Diamantina, Chapada Diamantina. Vinte quatro de setembro Ibotirama,
149 que une Velho Chico e Bacia do Paramirim. Vinte e seis de setembro Barreiras, Rio
150 Corrente e Grande. Dois de outubro Juazeiro, Itaparica, Piemonte Norte de Itapicuru e
151 Sertão do São Francisco. Quatro de outubro Feira de Santana, os territórios Portal do



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

152 Sertão, Bacia do Jacuípe, Piemonte Paraguaçu. Oito de outubro Salvador, Região
153 Metropolitana Recôncavo e Baixo Sul. Dez de outubro Alagoinhas, Agreste de
154 Alagoinhas, e Semi Árido Nordeste. Quinze de outubro Vitória da Conquista, Médio
155 Rio das Contas, Médio Sudoeste e Sertão Produtivo. Dezoito de outubro Porto Seguro,
156 Costa do Descobrimento, Extremo Sul e Litoral Sul. Nada mais havendo a tratar, a
157 reunião foi encerrada na qual eu, Michele Cedro Cardoso, lavrei esta Ata que será
158 assinada por mim e pelos membros presentes. Salvador, 30 de agosto de 2013.

159 **Presidente:** Eugênio Spengler

160 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas

161 **Membros:**

162 Agnaldo Bahia Monteiro Neto – AHSEB

163 Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – Aiba

164 Almacks Luiz Silva – Comitê Bacia Rio Salitre

165 Ana Paula Leal Meira – Sedur

166 Aurelino Barros Meira - Comitê de Bacias Hidrográficas Contas

167 Bernadeth Souza Rocha Simões - Caatinga

168 Bruno Jardim da Silva – Escola Politécnica da UFBA

169 Claudio Antonio Carilo de Magalhães – Copiba

170 Claudio de Carvalho Mascarenhas – German

171 Daniel Melo Barreto – Bioeste

172 Edelzuita dos Anjos Silva – Seplan

173 Ercio Araújo – Instituto Viver da Mata

174 Evilásio da Silva Fraga - Faeb

175 Fabiana Araujo da Silva – Prisma

176 Giovanna Carrozzo – Petrobrás,

177 Hélio Gamalho Vasconcellos – Sicm

178 José Cisino Menezes – Aiba

179 José Roberto Pedreira Franco Celestino – Sinaenco

180 Juca Ulhôa Paes da Cunha – Gambá

181 Leila Marcia Souza Oliveira – Assoc. dos Prod. de Florestas Plantadas da Bahia

182 Leonardo de Sousa Lopes – Embasa

183 Luiz Ferraro – Sema

184 Marcos Galindo Pereira Lopes – Fieb

185 Maria Amélia de Coni e Moura Matos Lins - Inema

186 Maria Lúcia Góes Brito - Comitê da Bacia do Leste

187 Martin Mayr – Ades

188 Melquiades Spinola de Oliveira – Cepedes

189 Miguel da Costa Accioly – Ufba.

190 Renato Pegas Paes da Cunha – Gambá

191 Renavan Andrade Sobrinho – Sedur

192 Ricardo Eugênio Cassamassimo – Sindpacel

193 Rita Barbara Garcez Lima – Assoc. dos Amigos do Ile Ase Oya Tola

194 Rosa Lia Gondin de Castro – ICMBIO

195 Sara Maria Guimarães Reis – Rebal

196 Wilson Andrade – Abaf

197 Zanna Maria Rodrigues de Matos – Sema